



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO VINTE E QUATRO

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de 30 de Junho de dois mil e dezassete. -----

----- Ponto Um Ponto Três) - Período para Intervenções.-----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – “INTERFACE RODOVIÁRIO DE VIMIOSO – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal para alteração do montante global da despesa da acção nº62/I/2017 do Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – “AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO” – Apreciação e votação da Análise Económico-financeira reportada ao 1º semestre do ano em curso. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Atendendo a que esta é a última sessão deste mandato autárquico, proponho que no final que a ata seja aprovada em minuta. Também tenho aqui uma situação que eu não pedi para colocar na ordem de trabalhos, que era a nossa adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Se calhar já devia ter trazido, mas vamos deixar para o próximo mandato, atendendo a que era necessário aprovar os estatutos, e os estatutos já deviam ter seguido para vocês aprovarem. No fundo, esta situação da Associação Nacional de Assembleia Municipais é mais uma associação, é mais um pagamento que temos de fazer, depois mais tarde iremos discutir esta situação se devemos aderir ou não, penso que não há prejuízo nenhum em aderir agora ou vir a aderir no próximo mandato se não se importarem fica então para o próximo mandato. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merênciã R. Rodrigues Machado, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Sérgio Augusto Pires, António dos Santos João Vaz, Hélder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, José Manuel Alves Ventura. Faltou o senhor deputado Carlos Manuel Ataíde Fernandes. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores; António Augusto Torrão Vaz e Licínio Ramos Martins. -----

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de trinta de junho de dois mil e dezassete.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação, a ata foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira Sérgio Augusto Pires, que justificou o seu voto por não ter estado presente na sessão anterior. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: “O que me traz aqui é mais um sentimento de ordem pessoal, mas acho que é extensivo a todos os deputados e Presidentes de Junta que constituem esta Assembleia, bem como aos Senhores Vereadores e Presidente da Câmara. Relaciona-se apenas com o facto de, como dizia o Senhor Presidente da Assembleia, desta ser a última sessão antes do próximo mandato. Como diz um hino à cidade de Coimbra, infelizmente eu não passei por lá mas quem passou sabe bem disso, as coisas têm mais encanto na hora da despedida, e de facto a Assembleia tem mais encanto na hora da despedida. Não acreditam o quanto é gratificante para mim, com toda a sinceridade, ter pertencido tanto tempo, durante alguns anos, em boas ocasiões a esta Assembleia. E a hora da despedida é sempre motivo para confraternização, aproveitar os últimos momentos para dizermos aquilo que nos vai na alma. Esse sentimento só não é mais profundo porque se avizinha um combate político. Nos combates políticos, quando as pessoas estão na mesma barricada, estreitam-se os laços, quando as pessoas estão em barricadas diferentes obviamente que também se afastam um pouco os laços. Não me venham dizer que as coisas não se confundem. Não se confundem mas durante o combate político nas campanhas eleitorais essa confusão existe. Como um dos mais velhos membros desta Assembleia, quero, naturalmente, repito, fazer votos de que o combate político decorra com elevação, com sinceridade, com verdade, sobretudo com verdade. Porque ao combate político não pode assistir tudo, ao combate político não pode assistir a calúnia, não pode assistir a mentira, e não pode assistir a ofensa pessoal. Meus caros, o combate político já começou, parece-me que com algum exagero, mas faz-me lembrar os tempos do prec, já estou velho para estas coisas, já tenho recordações antigas, faz-me lembrar o tempo

do prec, o combate político já começou com as piores ofensas pessoais, o combate político já começou com ofensas à dignidade das pessoas, não sei de onde as coisas vêm, por vezes quando pensamos que não temos telhas de vidro é quando o nosso telhado está cheio delas. E nessas ocasiões devemos fazer uma interiorização de ideias e pensamentos por forma a reconhecer, ou a saber, ou a descobrir se sim ou não há no nosso telhado telhas de vidro, como diria o Cristo: quem nunca pecou que atire a primeira pedra. Não quero dizer que aqui há cristos mas, alguém vai ser crucificado, alguns já começaram a ser crucificados com inverdades, com mentiras, com calúnias da pior espécie, e isso não posso admitir meus caros amigos e repito: não há ninguém que não tenha telhas de vidro. Eu também, desde criança, aprendi a atirar pedradas. Isto não é uma ameaça, longe disso. Mas por amor de Deus se estas coisas continuarem, se o prec se instalar, se a calúnia prevalecer, naturalmente que esse é o pior dos caminhos. Sejam elevados, sejam adultos, sejam políticos sérios, sejam políticos merecedores da confiança que todos esperamos ter do povo do concelho no dia um de outubro”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse; “Hoje vinha com a intenção de não fazer qualquer tipo de intervenção. No entanto quero aqui lembrar que na Assembleia anterior referi exatamente as tuas palavras, que era dessa forma que eu queria o combate político. Sei àquilo que te referes, mas o combate político por vezes também poderá ser interno”. -----

----- **Ponto Dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Todos os senhores membros desta Assembleia Municipal tem na sua posse a informação escrita, portanto fico ao dispor dos senhores membros, senhores deputados, presidentes de junta para qualquer questão ou esclarecimento que pretendam”.-----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – “INTERFACE RODOVIÁRIO DE VIMIOSO” – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal para alteração do montante global da despesa da acção nº62/I/2017 do Plano Plurianual de Investimentos”.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como bem podem verificar na informação de que dispõem, nós temos felizmente uma candidatura aprovada, com fundos comunitários, no valor de duzentos e trinta e seis mil euros. É esse o montante dos fundos comunitários. Sendo que no total da obra, a câmara terá que colocar, da sua parte, quinze por cento relativos aos fundos comunitários ao financiamento e outra parte que não é financiada. Totaliza cento e trinta e três mil oitocentos e setenta e oito e trinta e cinco euros. Temos de fazer, no orçamento, uma alteração. Como bem sabem as alterações são da competência da câmara municipal. A questão vem aqui, porquê? Porque se trata de um compromisso plurianual em que a despesa é superior àquela que estava cabimentada, e tratando-se de um compromisso plurianual superior aos cem mil euros, tem que vir à apreciação e à aprovação desta Assembleia. É exatamente disso que se trata. Autorização para o compromisso plurianual ser alterado relativamente à despesa que estava anteriormente para integrar a despesa que é aquela que nós contamos vir a realizar depois de lançar o concurso público”.-----

----- Não tendo havido intervenções ou pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – “AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO” - Apreciação e votação da Análise Económico-financeira reportada ao 1º semestre do ano em curso.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “É de lei, e como é normal de seis em seis meses, a equipa ou a empresa que faz a auditoria externa apresenta-nos o relatório da análise económico-financeira, que neste caso se reporta ao primeiro semestre, de um de janeiro a trinta de junho do presente ano de dois mil e dezassete. Se tiveram oportunidade de ler este relatório, eu penso que nos deverá satisfazer, porque se verifica que há uma evolução positiva, há uma diminuição da dívida, há uma diminuição das despesas com pessoal, e portanto a situação financeira da câmara municipal continua boa, melhor do que estava em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis. Obviamente que parte do investimento de capital, tratando-se do início do ano há aqui uma ligeira quebra mas que todos os anos é recuperada no se-

gundo semestre com os pagamentos que vão sendo feitos. Portanto, penso que nos deverá deixar a todos tranquilos relativamente à situação da análise económico financeira que é feita ao município”. -----

----- Não tendo havido intervenções ou pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com a abstenção do senhor deputado Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário. Disse: “Se bem me lembro nós, há quatro anos, fizemos a avaliação do nosso mandato. Hoje, como professor, dever profissional, também venho aqui para fazer aquilo que vai na minha alma relativamente a este mandato. Como sabem, esta será a última sessão a que assisto, visto que não sou candidato nas próximas eleições. Também queria dizer aqui duas ou três coisas: a Assembleia na generalidade correu bem, acho que aquilo a que nos prontificamos inicialmente a dizer que a Assembleia era para tratar assuntos do município, foram tratados muitos assuntos, foram tratados com elevação e com dignidade. Vejam que, durante estes quatro anos, não houve tomadas de posição extremadas, uma ou outra mais emotiva. Eu, por vezes, também sou emotivo nas minhas intervenções, se calhar também as tive disso peço desculpa. De qualquer forma a minha intenção quando alerta para qualquer assunto é sempre no sentido de ajudar a construir e nunca no sentido de deitar abaixo. Sendo assim, a avaliação que faço é bastante positiva, muito positiva, como diria o nosso Presidente da República dar-lhe-ia nota dezassete ou dezoito com distinção. Portanto, acho que é tempo de refletir, oxalá que o próximo mandato corra tão bem como correu este. Não me queria ir embora sem deixar aqui cinco pontos. Alguns já foram tratados aqui. O senhor Presidente da Câmara que vier a tomar posse não deveria desprezar, e que devia considerar, a meu ver, na linha da frente para o nosso concelho. São estes: primeiro as acessibilidades. A acessibilidade acho que é uma preocupação grande do nosso presidente ou este presidente ou o que vier a ser, o povo é soberano nesse sentido, deve ter isso em conta e não desprezar as acessibilidades à auto-estrada (A4), porque realmente uma propriedade sem caminhos não vale nada por muito boa que seja. O nosso conce-

lho precisa urgentemente. Já não se compadece que leve uma hora daqui a Bragança. Não pode ser. Tem que ser muito mais rápido e nós temos condições para poder ultrapassar esse problema, não desprezar isso. Outro assunto que queria chamar à atenção, é o armazenamento da água, a água por aqui passa nos tempos pluviosos faz-nos muita falta para as épocas estivais. Aflige tanto hoje para plantas como para animais como para pessoas, o nosso concelho é árido e temos que lutar, não podemos desprezar. Gostaria que os senhores presidentes não pusessem para trás ou pusessem na linha da frente o armazenamento de águas. Os senhores presidentes de junta devem alertar o senhor Presidente da Câmara para os sítios onde houver charcas, nascentes ou ribeiros que podem armazenar água. Por favor alertem. Penso que a câmara ouvirá esses seus pedidos. Outra coisa que há e eu verifico na minha terra, sítios que eram antigas poças de rega que se calhar se estiverem limpas ainda terão água, e algumas pela imundície que têm não têm água suficiente, sabeis que um poço quando está cheio de lodo não deita a mesma água que estando limpo. Convém limpar isso, porque às vezes faz-nos falta quando menos precisamos. Outro assunto: as nossas freguesias têm floresta plantada há cerca de vinte anos. A minha aldeia tem cerca de noventa hectares plantados já há mais de vinte anos. Eu percorri pelo meio dessa floresta, está imunda não se passa lá, há imensos sobreiros, imensos pinheiros nessa floresta que é uma riqueza local. Agora é bom que se arranje estratégia ou maneira com projetos ou até por iniciativa própria, que seja limpa a floresta porque senão vem um incêndio e destrói tudo quando menos pensamos. Eu sei que em Santulhão há porque conheço, em Carção há, em Pinelo há, em Algosó há, em Vimioso há, os que eu conheço não sei se as outras freguesias também terão, mas por favor limpem-se as florestas em épocas frias e não no verão. No verão os incêndios são de tal maneira assoladores que não se pode chegar a gente lá. Não é no verão que se combatem incêndios. Estou farto de dizer que é no inverno que se vão combater os incêndios. Na primavera podem fazer-se contra-incêndios em lugares mais críticos, depois no verão já não ardem. Queria alertar também a câmara municipal e as juntas de freguesia que devem encontrar forma de arranjar economia sustentável que não sejam só os outros ou que não sejam só os projetos da União Europeia que nos vem a trazer verbas para a nossa terra. Devemos criar condições para isso, nomeadamente temos um sol espec-

taacular, hortos solares são uma riqueza de investimento e de sustentabilidade para quem quer que os coloque. As mini-hídricas, eu sei que não foi contemplada pelo Ministério do Ambiente a mini-hídrica de Algosó, foi uma pena não podemos desprezá-la, contamos outra vez para a pôr na linha da frente a ver se “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Penso que se não for ali que se mude de sítio mas penso que se pode fazer, e penso que a mini-hídrica de Algosó estou a falar nessa porque é um assunto que foi tratado há muitos anos, poderão surgir outras, e essas barragens mini-hídricas podem criar riqueza económica sustentável para o local onde se possa fazer. Outra coisa, talvez crítico mas de qualquer forma também achava muito importante que era o seguinte: como todos nós sabemos a cereja estraga-se nos caminhos pisa-se nela hoje em dia quase ninguém a come, estraga-se porquê? Porque não há posto de venda quem diz a cereja, diz a pêra, a maçã, essa fruta excedentária que os nossos agricultores têm era uma riqueza, mas só quem a quiser apanhar é que a pode entregar. Mas eu digo uma coisa a uva por exemplo, se houvesse à semelhança do que há na azeitona, ou até nos animais na cooperativa de raça mirandesa à semelhança disso, podia haver uma cooperativa de produtos agrícolas excedentários que seria também uma riqueza que podia ser aproveitada. Quer dizer a mim se me estragam quatro ou cinco caixas de maçã se tivesse onde as entregar apanhava-as e entregava-as e era riqueza que podia haver no concelho, quem diz isso, diz outras coisas. Outros produtos excedentários, existem, só que muitas vezes não se aproveitam porque não há onde entregar esses produtos. A azeitona está uma coisa organizada, antigamente os celeiros estavam organizados, o agricultor sabia quando semeava duas ou três terras de pão sabiam que tantos quilos de trigo davam tanto para o sustento da família. E agora há muitos pomares estraga-se a fruta toda e ninguém aproveita nada, porquê? Porque não têm onde a entregar. Às vezes até digo assim: os intermediários de Argozelo é um mal necessário, porque as uvas a dez cêntimos, a quinze cêntimos ou a vinte cêntimos, ainda bem que vêm, senão era zero. Uma cooperativa começa-se com um pouco de produtos agrícolas de forma a quem quisesse entregar, pudesse entregar lá a x preço, até se podia fazer como na azeitona, entrega-se a azeitona e só passado quase um ano é que vem o dinheiro. A mim, por exemplo, este ano ainda não me pagaram a do ano passado, mas de qualquer maneira sei que tenho lá a minha

azeitona, e quando estiver em pagamento vou receber. Ora são estes pequenos assuntos que queria alertar aqui, porque hoje é a última sessão e gostaria então que esses pontos passassem para a linha da frente. E a saudade como dizia a Sophia de Mello Breyner Anderson, na menina do mar, é aquilo que fica depois da coisa ir embora. Portanto fica a saudade, fica aqui esta minha intervenção que não quero ferir sensibilidade nenhuma, de qualquer maneira não me queria ir embora sem alertar para estes assuntos”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Em primeiro lugar subscrevo aqui as palavras do meu amigo Aníbal, fico muito agradado por estas palavras realmente fez aqui um resumo do que o concelho precisa. Começou muito bem, nós precisamos de acessibilidades no nosso concelho, por isso é que nunca estive do lado daqueles que diziam que para Trás-os-Montes nem um quilómetro de auto-estrada, a minha política foi sempre o contrário, foi sempre defender as vias de comunicação. Fico contente quando chegamos a este princípio que é necessário melhorar as acessibilidades do nosso concelho, sem dúvida. Falou aqui também noutra problema que é a água. A água é um problema que nos aflige, principalmente este ano que é um ano de seca severa portanto não é um problema de agora, já vem de há muitos anos. Pouco tem sido feito, penso que poderia ter sido feita mais alguma coisa, e daqui para o futuro deve-nos preocupar, cada vez vai sendo um problema maior porque as alterações climáticas levam-nos a isso. Penso que a estabilização dos caudais passam aqui no nosso concelho é muito importante, como noutros tempos foi o princípio de uma política não sei porquê alterou-se mas, devemos pensar nisso e no futuro corrigi-lo. O Ordenamento do território também falou aqui o Aníbal também é importantíssimo e nós precisamos junto do nosso Governo encontrar medidas para parar o despovoamento das nossas aldeias. Porque isto a que assistimos, neste verão, é sem dúvida o reflexo do despovoamento das aldeias, enquanto houve pessoas que trabalharam a terra, que protegiam aquilo que era seu os incêndios não tomavam as proporções que tomam agora. Mas hoje tudo está despovoado a parte interior do país, os terrenos ficam ao abandono, e o que é que acontece? Quando vem o fogo vai tudo, se não for este ano é para o ano que vem. O facto é que arde tudo se não alterarmos a nossa política de ordenamento do país, e o primeiro passo é tentar que as pessoas se fixem nas nossas aldeias e nas nossas vilas. Falou aqui noutra coisa e muito

bem, na necessidade do associativismo começar a trabalhar. Dou um bom exemplo, que eu considero que ainda não é o exemplo total, que ainda há mais alguma coisa a fazer, foi na mirandesa. Na mirandesa, temos ali qualquer coisa que devemos visitar e ver e que nos deve servir como exemplo, embora haja algumas lacuna que quando esses projetos são feitos ou deve ficar a possibilidade de servir para tudo. Neste momento, penso que há negociações nesse sentido, para as outras raças autóctones já ouvi falar qualquer coisa e é importante que seja assim, porque são investimentos que estão a trabalhar a meio gás quando temos outras raças autóctones que não estão a ser aproveitadas. Portanto isso é com dinheiros públicos que é feito, com dinheiros da comunidade, é uma associação que tem dado o seu valor e que tem feito o seu trabalho, mas deve sempre referenciar os outros porque todos unidos podemos ir mais longe. O associativismo é importante. Nós aqui no nosso concelho, nunca tivemos grandes hábitos e costumes de associativismo. Ali o Aníbal falou no azeite e se calhar resolveu-se o problema, como nas outras culturas que temos que resolver, e a câmara aí tem que ser o motor desse associativismo, e penso que algumas coisas tem feito, não tem feito tudo que está ao seu alcance, mas algumas coisas tem feito. E para dar o exemplo, eu vou ter oportunidade de dar ao senhor Presidente da Câmara, ao candidato Jorge Fidalgo, vou também encaminhar para os outros candidatos à câmara, uma síntese ou uma proposta de um acordo que poderá ser feita com os trabalhadores, que a maior parte das câmaras já fizeram, que é para dar um exemplo daquilo que pode ser feito. Em primeiro lugar, tem que ser na nossa casa que temos que dar o exemplo. Nós estamos a trazer pessoas, a criar riqueza, deve ser na nossa casa que temos de dar o exemplo. Vou só falar algumas coisas que contemplam este acordo, que as grandes câmaras do país já o subscreveram, é a reposição dos três dias de férias que já existiram nas férias dos funcionários. De uma vez por todas, a clarificação do dia de carnaval, se é feriado ou não é feriado, qualquer trabalhador da câmara tem que estar sempre à espera do despacho do Senhor Presidente da Câmara, porque gosta mais do carnaval ou não e porque é feriado ou não. Há coisas que podem ficar claras e não vai de encontro aquilo que é natural e que realmente as pessoas poderão ou não ficar motivadas para desempenhar as suas funções. O dia de aniversário como muitas autarquias já o dão aos seus trabalhadores. Portanto, há coisas que nós podemos criar para

fazer a diferença, e para assumir a independência do poder local, o poder local é autónomo, é independente do poder central, e a maior parte das câmaras assume e faz. Deixo aqui um repto aos candidatos, vou dirigir ao Jorge Fernandes, ao Jorge de Carção e ao Altino Silva, e aqui ao Senhor Presidente de Câmara. Vou aproveitar para lhe dar também este documento aqui. Peço uma coisa, pensem nisto e façam isto, não tenham medo de fazer uma coisa em prol dos funcionários da câmara, com toda a certeza vai haver retorno, as pessoas vão andar motivadas e os munícipes vão ficar melhor servidos”. -----

----- Usou da palavra a senhora deputada Maria Merênciã Machado. Disse: “Peço desculpa esta intervenção era para ser feita aquando da informação do Senhor Presidente, mas escapou-se e como tal vou colocá-la agora. É sobre o arranjo urbanístico aqui ao lado da Igreja, eu queria perguntar afinal o que está ali a ser feito, esperava-se um arranjo urbanístico que passava por um jardim, ficando a zona mais aberta, mais desafogueada digamos. Depois de derrubar aquelas casas velhas, as pessoas deparam-se com uns muros enormes, altos e perguntam afinal o que é isto. Eu tenho ouvido ali na esplanada do café, porque a perspetiva desse lado é que é mais visível, as pessoas fazem comentários muito negativos, não se percebe muito bem e gostava que o Senhor Presidente nos desse um esclarecimento, pode ser que haja algum motivo. Sobre o Parque Ibérico de Natureza e Aventura, afinal o que está a funcionar, qual é o futuro daquilo, acho que foi gasto ali muito dinheiro, há uns tempos dei um passeio pelo rio acima, as estruturas de madeira já estão bastante degradadas, os moinhos não se degradam porque são de pedra, mas tem silvas, palha e tudo à volta, não se chega lá facilmente e gostava de saber o que se pode esperar desse projeto”.-----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Começando por esta última questão colocada pela senhora deputada Merênciã Machado. O arranjo urbanístico que está a ser feito do lado sul da Igreja corresponde ao projeto aprovado pela Direção Regional da Cultura do Norte ao terceiro projeto que nós apresentamos. O projeto inicial não tinha todos aqueles muros, tinha mais patamares mas, a Direção da Cultura do Norte exigiu e a aprovação dependeu exatamente do projeto que ali está. Obviamente que a obra não está concluída, obviamente que só no final é que vamos ver, e o que vai ficar ali são dois patamares de jardim. O patamar superior mais ao nível da

rua da Malhada, não fica bem ao nível fica um bocadinho mais desnivelado de acesso às pessoas, e o patamar inferior também ajardinado sem acesso às pessoas. O que se vai fazer é alargar um bocadinho a rua da Malhada em frente à casa do Dr. Liberal. Quem nos dera a nós que o empreiteiro já tivesse concluído a obra, aliás está agendado amanhã para a reunião uma prorrogação do prazo, e quem nos dera a nós também que os painéis estivessem já todos concluídos, infelizmente ainda não estão. Mas repito, foi o projeto possível de aprovado na Direção Regional da Cultura do Norte. Informei-os aqui que numa fase inicial, nem a demolição daqueles edifícios eles queriam autorizar. Portanto, o que foi conseguido foi isso, temos que perceber que tem que haver ali circulação do trânsito e que o desnível da rua encostada à Igreja de baixo para a rua de cima é um desnível de cerca de quatro a cinco metros, e portanto não podemos criar ali condições de insegurança para as pessoas. E tentar, no limite, que o impacto desses muros aos quais no muro superior será colocada uma cortina arbórea, é isso que está no projeto, possa ser minorizada. Ele de facto está alto mas depois de nós termos a obra concluída na rua em cima em frente à casa do Dr. Jerónimo, ela ainda vai ficar um bocadinho desnivelada relativamente à rua, e nessa parte queremos alargar um pouquinho a rua. O projeto inicial tinha vários patamares mas, a Direção da Cultura do Norte não autorizou. Porquê? Porque eles querem que mesmo assim ainda haja ali alguma volumetria. Relativamente ao Parque Ibérico de Natureza e Aventura, é verdade que existem edifícios, pouco significativos, no anfiteatro natural que foram infelizmente vítimas de um incêndio que houve aqui há uns anos, e que nós vamos requalificar, naquele espaço ou noutra, exatamente como fizemos quando transferimos edifícios que estavam também mais próximos de Serapicos para o local do cruzamento de S. Joanico. Neste momento e se viram a informação escrita, está a decorrer um conjunto de serviços para dinamização do Parque. A exposição permanente está quase ultimada, também queríamos, gostávamos que a empresa a quem foi adjudicado o trabalho tivesse concluído já esse trabalho, infelizmente não conseguiu e também já pediu a prorrogação do prazo. Sabemos que estas coisas quando as queremos fazer numa semana ou num mês, demoram mais tempo. Ainda há bem pouco tempo foi adjudicada a uma outra empresa, a última adjudicação, a realização de cem atividades que vão ser desenvolvidas ao longo do parque. Nós podíamos apertar com as empre-

sas e dizer assim: mas isso tem que ser muito rápido, se calhar até nos conviria que fosse muito mais rápido, não, nós queremos que as coisas fiquem bem e que funcionem bem, e sabemos que às vezes levam mais tempo do que aquele que nós gostaríamos. De qualquer das formas já lá foram realizadas algumas atividades, vão ser realizadas outras, aliás a senhora deputada não estava, mas fomos lá por ocasião das comemorações do vinte e cinco de abril e puderam verificar que as instalações fundamentais do parque estão no estado em que as puderam encontrar, obviamente que são construções em madeira precisam de um tratamento constante. Relativamente à questão da limpeza perto dos moinhos e dos outros edifícios, nós, todos os anos, fazemos a limpeza desses locais, o que acontece é que essa limpeza era feita pelos sapadores florestais. Como sabem, praticamente desde maio temos tido sempre alerta amarelo e, quando há alerta amarelo, os sapadores florestais têm que estar em vigilância. Se repararem mesmo nas nossas estradas municipais que nós desmatamos, debaixo de alguns rails de proteção não foi desmatado porque eram os sapadores florestais que o faziam. Como não houve disponibilidade dos sapadores atendendo, a um grande número muito diferente de anos anteriores de alerta amarelo, se há alerta amarelo eles não podem estar a exercer esse trabalho têm que estar de vigilância. O Engenheiro Gonçalo calendarizou várias vezes essa limpeza, não foi possível exatamente por esse motivo, e portanto será feita oportunamente. Nos anos anteriores a limpeza foi sempre feita, e pelos sapadores florestais. Recebo obviamente com cordialidade a proposta que deixa aqui o senhor deputado José Freire, penso que o faz no âmbito da actividade sindical, não como membro da Assembleia presumo, e será analisada sendo que, o senhor deputado sabe-o perfeitamente que para mim os funcionários da câmara são “sagrados”. E sobre os seus direitos e sobre o desenvolvimento que eles possam ter, nunca criei nenhum entrave e nunca criarei, pelo contrário, tudo a favor dos funcionários dentro daquilo que é a legalidade. Relativamente ao senhor deputado Aníbal do Rosário, faz aqui uma retrospectiva e algumas sugestões que é necessário tratar. Todos nós, não há ninguém que não subscreva isto, não há ninguém que não diga que isto é fundamental. Quanto às acessibilidades, sabe o processo que tem decorrido e o trabalho que continuamos a fazer. Relativamente à água, tem sido um ano de seca extrema, decretado pelo próprio Governo, é uma situação infelizmente de todo o país, já

tiveram que ser tomadas medidas excepcionais de apoio aos agricultores, sabe perfeitamente disso, para que possam encontrar fórmulas de conseguirem ter água para as suas culturas e para os seus animais. Dizer-lhes que tem sido objetivamente uma preocupação deste executivo e do anterior a questão da água. Quando se diz que nada foi feito, basta olhar para as atas de janeiro de dois mil e treze, e de abril de dois mil e treze, atas de reunião de câmara, em que foram aprovados e pagos os projetos para o açude no Angueira, e o reforço no açude do Maçãs. Esses projetos ainda foram aprovados no final do mandato de dois mil e nove, dois mil e treze, e foram aprovados por unanimidade. O projeto do novo açude no rio Maçãs orça em cerca de um milhão e meio a um milhão e setecentos mil euros, e o projeto do Angueira orça em quinhentos mil a seiscentos mil euros. Repito, se foram aprovados e pagos é porque têm todos os pareceres das entidades competentes. Esta é a verdade porque é a factual, está nas atas, temos os projetos e estão pagos. Entretanto este executivo que eu lidero já fez candidaturas a fundos comunitários para a ETA que estamos a fazer no Maçãs, e que ainda não tem financiamento, está a ser suportado integralmente pela câmara, fez candidatura para o açude do Angueira, e o que é que aconteceu? Foram as candidaturas, não é chumbadas, é que nem sequer foram aceites porque não se integram nos critérios do aviso. E porque é que não se integram nos critérios do aviso? Já todos percebemos isto, e já todos perceberam porque é que esta Assembleia, e bem, aprovou os estatutos para integrar na Resíduos do Nordeste uma empresa das águas em baixa. É esse o trabalho que está a ser feito. Abriu, está aberto podem consultar, um novo aviso para águas e saneamentos, pois bem os açudes do Angueira e do Maçãs não são ilegíveis segundo os critérios desses avisos. Para espanto dos oito autarcas que decidiram integrar ou construir essa empresa de águas em baixa na Resíduos do Nordeste, porque o senhor Secretário de Estado do Ambiente Carlos Martins, comprometeu-se que de alguma forma direccionaria os avisos em função das necessidades de cada território. A verdade é que isso ainda não aconteceu, e imediatamente a direção da Resíduos do Nordeste, pediu uma nova reunião com o senhor Secretário de Estado do Ambiente para lhe dizer que naquelas circunstâncias do aviso, nenhum dos nossos municípios consegue concorrer. Quando abriram avisos para saneamento, e nós eramos ilegíveis, nós vimo-los aprovados, o saneamento de Avinhó para

Matela, e o saneamento aqui no vale em Vimioso. Vimo-los aprovados, como outros municípios viram também, e bem, candidaturas aprovadas. Este é um trabalho que está a ser feito, porque por exemplo, basta ver o aviso e eu tenho aqui, para reparar que, só nos aprovariam o açude do Maçãs, se servisse no mínimo três concelhos, tem que ser intermunicipal e a criação da empresa intermunicipal em baixa, é exatamente nesse sentido. O problema é que continuam a pôr exigências que nenhum dos municípios pode cumprir, isto tem uma explicação que é óbvia. Felizmente nunca o município de Vimioso integrou o grupo Águas de Portugal através das Águas de Trás-os-Montes, porque se não teria sido hoje a ruína financeira do município de Vimioso. Sabem quanto é que os outros municípios que estão integrados nas Águas de Trás-os-Montes, qual é a dívida desses municípios às Águas de Trás-os-Montes? Alguns são de dezenas de milhares, porque esse contrato com as Águas de Trás-os-Montes foi ruinoso para os municípios. Basta dizer que está lá nos contratos, a Água de Trás-os-Montes fornece vinte metros cúbicos, mas se o município só consumir dez tem que pagar os vinte porque está no contrato, isto não faz sentido nenhum. E é por isso que a câmara de Bragança, que a câmara de Mirandela e outras câmaras que estão envolvidas e que são parte integrante do consórcio das Águas de Trás-os-Montes, e a de Mogadouro e outras, estão a fazer um esforço junto do Governo para tentar acabar com essa relação entre as Águas de Trás-os-Montes e os municípios. Ora, se nós conseguimos gerir bem a empresa Resíduos do Nordeste, que é uma referência nacional em termos de empresas intermunicipais, e fiquem descansados não é uma empresa privada, é cem por cento pública, é de treze municípios, tanto é que antes os sócios eram associações de municípios, e nós já aprovamos aqui para sermos diretamente sócios a câmara municipal de Vimioso, o que essa empresa faz é contratar às vezes serviços externos, o que é normal numa empresa pública. Portanto, o problema da água existe, é real, e quero aqui dizer quando eu disse que havia água suficiente, que não entrava em populismos, eu repito aquilo que disse quer na apresentação da candidatura, para quem ouviu, quer na entrevista é que há água suficiente se ela for usada para os fins a que se destina, consumo humano e consumo público. Se fosse assim, nós ainda teríamos água, ainda a temos felizmente alguma, pode não ser suficiente porque não choveu, mas se não chover até dezembro ninguém nos vale, nem a nós nem a outros. Mas,

relativamente a esse aspeto porque é muito badalado e para que fique claro, estão aqui os dados da Autoridade Nacional de Proteção Civil desde o dia um de agosto a trinta e um de agosto. Abastecimento de água às populações pelos bombeiros, está no site da Autoridade Nacional de Proteção Civil, e eu digolhes quantas vezes saíram os bombeiros em Alfândega da Fé uma, em Bragança setenta e nove, Carrazeda de Ansiães uma, Macedo de Cavaleiros vinte e duas, Miranda do Douro trinta e três, Mirandela duas, Mogadouro treze, Vila Flor oito, Vimioso vinte e três e Vinhais dez. É um problema de Vimioso só? Quem nos dera que os outros colegas não tivessem este problema, era bom para eles e era bom para todos. Mas este problema da seca não é, vê-se aqui, um problema exclusivo de Vimioso. Mais, o alteamento que se fez no açude do Maçãs e do Angueira, foi o alteamento autorizado pelo ICNF na altura, e fui eu que, na altura era vereador, pedi ao ICNF para vir connosco ver o estado do rio Maçãs. Fui lá com a Dr.^a Marisa, percorremos o Maçãs todo sem gota, e quando viram o estado em que aquilo estava, autorizaram aquele alteamento que lá está. Na semana passada liguei ao Dr. Armando Loureiro que é o Diretor de Serviços do Norte do ICNF e ele próprio se comprometeu durante esta semana a vir cá, se não poder pessoalmente, virá um técnico do ICNF para ver a situação. Porque os técnicos da câmara dizem-nos se altearmos o atual açude, e o que está imediatamente a montante poderemos resolver o problema. O que diz o Diretor do ICNF é que resolve se não vier nenhum ano de seca extrema, porque o que está equacionado e várias vezes durante este mandato, eu reuni com as Águas de Trás-os-Montes querendo-nos chamar para a empresa, como sabem, penso que aqui só Carrazeda é que não está que tem uma parceria público-privada, não está Miranda do Douro e não estamos nós, todos os outros do distrito estão no grupo Águas de Portugal. O que acontece é que quando eles nos disseram, mas então vocês não querem entrar? Façam-nos uma proposta. É que se for só para entrar aquilo a que chamam alta eu não quero, a alta é o tratamento da água nos açudes e coloca-la nos depósitos. E o problema depois da baixa? Quem fica com ele? E eu disse: nós estamos disponíveis para entrar numa solução global, entramos com tudo. Nunca eles aceitaram esse tipo de proposta. E as soluções mais viáveis de futuro que a Água de Trás-os-Montes apresenta quer o próprio ICNF, é quando Bragança que está no projeto das Águas de Trás-os-Montes conseguir trazer a conduta de água

de Veiguiñas, abastecida por Veiguiñas, até Outeiro, poder fazer o prolongamento de Outeiro para Vimioso. Porquê? Porque aí há a certeza de quantidade de água. E também já em tempos se falou na possibilidade, mas nós sabemos que é o lado da margem direita do Maçais que nos coloca mais problemas, também já se colocou o problema e já cheguei a falar com o colega de Miranda do Douro na possibilidade de prolongar a rede de Genízio para pelo menos, por exemplo Vilar Sêco e Caçarelhos. Mas nós, neste período, fizemos um furo em Caçarelhos, fizemos um furo em Angueira, abriu-se um furo em Santulhão que chegou aos cento e cinquenta e três metros e não deu água, numa zona em que os peritos diziam que tinha de haver água. Água dava, mas era apenas água suficiente para uma habitação, mas não era água suficiente para abastecimento público. Relativamente a esta questão, esta é a verdade dos factos, dizer que a câmara não fez nada é completamente falso. Porque até tem os projetos, já apresentou as candidaturas, se o Governo continuar a insistir nesta de quase querer obrigar à força os munícipes a entrarem nas Águas de Trás-os-Montes, nunca abrirá avisos direcionados para casos particulares. Tenho a esperança, porque o Senhor Secretário de Estado Carlos Martins mostrou essa sensibilidade, claro que não depende só dele, porque depois o Grupo de Águas de Portugal tem uma força incrível, como vocês sabem. Estou esperançado, e aquilo que lhe vamos pedir, é que, a exemplo do que já se fez noutras ocasiões, haja avisos convite direcionados para determinadas situações. Quero crer que verificando novamente os problemas de seca extrema que vemos, tal como aconteceu há anos outra seca que nos autorizaram a altear, e agora que nos autorizem também a altear ou então executar o projeto que temos em mão e que está devidamente aprovado, repito aprovados em janeiro e em abril de dois mil e treze. É por isso que, quando se fala destas coisas, eu digo: ou é por desconhecimento ou é por má fé, não se pode dizer que a câmara não fez. Fez, está documentado, encomendou os projetos fez as candidaturas, ainda não conseguiu ter o financiamento para tal, oxalá o consigamos o mais rápido possível. Recordam-se quanto tempo demorou Veiguiñas, uma eternidade, uma geração praticamente. Quanto à questão da floresta, quero dizer-lhe que a nossa equipa de sapadores florestais que é reconhecida como exemplo de equipa tem feito muita intervenção na limpeza da floresta pública, o caso de Pinelo é um caso paradigmático e até em Vale de Frades

e em Avelanoso. Obviamente que se poderá verificar a possibilidade de limpar outras florestas. Felizmente o nosso concelho ainda não foi muito atingido por incêndios, houve pequenas situações mas não foi muito atingido. A questão da floresta é importante sendo que, nós com os meios que temos, quer com as máquinas quer com os sapadores florestais temos vindo a fazer esse trabalho que tem que ser intensificado. Relativamente à economia sustentável dos hortos solares e das mini-hídricas, tem toda a razão. Mas se houve câmara que tentou tudo por tudo para ter uma mini-hídrica e foi chumbado, duas vezes, o estudo de impacto ambiental foi a nossa. E a questão dos locais tem a ver depois com a questão de ligação à rede. O privado que queira investir ou tem a concessão por parte do Estado da ligação à rede, ou nem sequer pode fazer a mini-hídrica, nem a pode fazer porque tem de haver ligação à rede, se a energia é produzida ela depois tem que ir para a rede para ser distribuída. Ora, se não há local onde a entregar não faz grande sentido. Mas é uma das áreas em que temos de continuar atentos e vamos estar, nós não desistimos da questão da mini-hídrica. Agora a questão que se coloca na mini-hídrica, basta ouvir as notícias, tem a ver com a questão dos tarifários, e da maneira que estão os tarifários sempre a alterarem, os próprios privados, se verificarem que o retorno do investimento não é significativo ou não é compensador, não querem fazer a mini-hídrica. Eu, também, enquanto Presidente da Câmara não vou pôr dois ou três milhões numa mini-hídrica para os ir a recuperar daqui a vinte ou vinte e cinco anos, obviamente que é um mau negócio. Porquê? Porque a mini-hídrica inicial, o paredão, tinha nove metros de altura, e o segundo projeto já só tinha três metros e oitenta, e portanto a viabilidade económica de um investimento desses fica comprometida. E eu recordo que o privado tem cinquenta e um por cento e nós e a câmara de Mogadouro temos os quarenta e nove por cento, vinte e quatro e meio cada um. Ainda há pouco tempo falei com o Eng.^o. Leitão e, obviamente, que ele diz que enquanto não ficarem definidas e estabilizadas as tarifas, nós também não estamos muito interessados neste momento em avançar, com pena dele porque ele diz é a primeira vez que não vê um projeto concretizado. Temos feito charcas pelo concelho, temos feito várias charcas e vamos continuar a fazê-las. O que eu peço é aos presidentes de junta que identifiquem os locais para as fazer, vocês sabem perfeitamente, reparem está na APA o projeto da charca de Avelanoso, já veio, já foi, pedem esclarecimen-

tos, volta a ir e fizemos a candidatura a fundos comunitários sabendo que ela será aprovada, porque o dinheiro está garantido no pacto do desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes. Fizemos a candidatura para o regadio de Angueira, sabemos que ela será aprovada. Recebemos há dias da DEGADRE o pedido de novas informações sobre o regadio de Santulhão, mandamos para a empresa que está a fazer o projeto, no sentido de responder àquilo que eles solicitam que tem a ver com os caudais, com o volume de água, com a área a regar, tudo isso. Portanto, são processos lentos, morosos, mas foi com satisfação que ouvi o Senhor Secretário das Florestas, no nosso distrito, vir dizer que se vai apostar no regadio no planalto mirandês. Por isso mesmo é que nós temos o projeto de Avelanoso, estamos com o de Angueira e estamos com o projeto de Santulhão porquê? Porque também nós sabemos que não é o Governo, para este tipo de regadios no planalto mirandês, que vai fazer o projeto, ou os fazem as câmaras ou eles também não avançam. Por isso mesmo é que nós atempadamente avançamos com os projetos do regadio. Não tem nada a ver os nossos regadios com os regadios da Terra Quente e do Vale da Vilariça, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Quanto à questão de haver um centro de recolha dos produtos, depende da vontade das pessoas, não depende só da vontade da câmara. Os agricultores da cooperativa mirandesa organizaram-se e tiveram o apoio total da câmara, mas nenhum criador da mirandesa vende o seu vitelo a quem quer e a quem lhe apetece, entrega-o à cooperativa mirandesa. O problema é que, se um hoje entrega as maçãs e para o ano não as quer entregar. O problema é de organização das pessoas. Quando há muita produção de maçãs, cordeiros e o resto, o que acontece, vendem por fora. Sabe que é isso que acontece. Se as pessoas se comprometerem na associação que entregam a totalidade nessa associação ou nessa cooperativa o produto, é possível fazer algum trabalho. Cada produtor vende àquele que lhe aparece e lhe dá mais, mas se vendesse diretamente à cooperativa podia-se controlar e gerir melhor o negócio. E já agora, para informação do senhor deputado José Freire, já foi embalado cordeiro na mirandesa, e sabe qual é o problema, é que a mirandesa diz assim: vocês têm que nos entregar todos os meses tantos animais, o que acontece a seguir, José Freire, todos nós sabemos, as pessoas vendem-nos antes de chegarem à mirandesa! Como é que a mirandesa pode ter uma carteira de clientes com quem se compromete a entregar carne e de-

pois não a tem. De quem é a culpa? É da questão da organização dos próprios produtores. Nós cá estamos para dar os apoios que damos à mirandesa, daremos certamente a outras associações ou cooperativas que se venham a criar. Um dos grandes nossos objectivos, já tentamos várias vezes, é dinamizar o sector da cinegética da caça, que é extremamente importante e pode trazer grandes dividendos. Mas o que faz cada associativa, não anda a tratar da sua área associativa? Se nós conseguíssemos sentar-nos todos à mesa, como já nos sentamos uma vez, mas depois cada um não se compromete com aquilo que nós queríamos que se compromettesse, que era uma grande área de caça por exemplo municipal ou turística aquilo que vier a acontecer, ou criar uma grande associação de associativas dar-lhe um aspeto mais lato, criar postos de trabalho, trazer gente e criar riqueza. Nós sabemos perfeitamente o que se passa com a caça. E mais, já reuni com o ICNF sobre isso quando reunimos o concelho municipal cinegético e já reuni com o IPB para estudarmos essa possibilidade e eles estão disponíveis para isso. Agora nós sabemos que cada associativa corre na sua própria pista, e enquanto nós não estivermos unidos, seja os produtores seja nos diferentes produtos, seja por exemplo na caça, enquanto não estivermos organizados, dessa forma não é fácil. Tudo faremos para isso”.

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Depois deste esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara fez e que foi esclarecedor, só queria acrescentar aqui dois ou três pontos penso que são necessários aqui ao debate, e começo pela água. A água é um bem cada vez mais raro, cada vez mais cobiçado pelos poderosos, pelos grandes grupos económicos e devemos fazer alertar para o que no futuro se vai passar com a água. O Presidente da Câmara já falou e muito bem sobre esse problema, e para nós quem quiser entender que entenda. Há, portanto, toda uma especulação em volta da água que cabe aos municípios assegurar que não vá para a mão dessas empresas, ou desses grandes grupos económicos, porque que quando estiver nas mãos deles só a bebemos quando tivermos dinheiro. Ainda bem que o Senhor Presidente referiu isso, mas é para o que está a caminhar, o futuro da água é precisamente para isso. Eu sei que também não podemos dizer, e tenho que dar a mão à palmatória, que a câmara não fez nada, longe de nós se um dos maiores problemas da humanidade que é a água, um dos mais dolorosos, que a

câmara não tivesse alguma sensibilidade para isso. Eu disse que não foi feito tudo e repito não foi feito tudo em relação à água. Penso que a câmara fez algumas coisas e que vai continuar a fazer, para um dia chegarmos a uma melhor situação da que temos atualmente, que é sempre dramática, e este ano é para todo o país não é só para nós, é uma seca que de anos a anos vem, e ainda bem que não vem sempre. Queria referir-me também aqui, falou o Senhor Presidente numa área que eu tenho defendido sempre, porque até sou caçador, e bem gostava que um dia a lei da caça alterasse, e aí concordo plenamente com o Senhor Presidente, não podem ser meia dúzia de caçadores em cada associativa a seu belo prazer, para fazerem a caça só para eles, meia dúzia deles que temos nas associativas e vão caçando. Nunca vi esse problema como problema de futuro, e como uma solução muitas vezes para os nossos problemas no concelho. Portanto, foram dados alguns passos aqui, tenho que o dizer, se calhar dos melhores passos que a câmara fez foi a turística, e se calhar devia ser replicado a nível do concelho. As leis têm que alterar e, para isso, temos que dizer que estamos contra as atuais e tentar alterá-las, porque a caça sem dúvida, é um dos assuntos que pode mexer com o nosso concelho. É um vício, um vício que hoje só é caçador quem tem um poder económico grande e movimenta muito dinheiro, é uma realidade e a câmara deve fazer tudo para tentar que nós caçadores, de uma vez por todas nos consigamos unir, para termos caça para nós e para quem nos quer visitar, porque esses pagam para vir cá caçar. Não deixando, também não tenho este número mas de certeza que o Senhor Presidente o tem, a água também temos um problema, porque as perdas devem ser grandes, mas também é o reflexo porque Vimioso foi dos primeiros concelhos a estar servido de água e saneamento. São sistemas que se vão gastando, é preciso substituí-los, isto é o reflexo de algum avanço que tivemos noutras alturas e agora temos que o repor. Falou aqui na floresta e no ordenamento da floresta e na nossa equipa de sapadores florestais. Sem dúvida que é uma equipa que nos orgulha, pois é vista como uma equipa de excelência a nível regional. Mas esta equipa pode ser reforçada, e a própria câmara pode reforçá-la, porque a câmara tem máquinas e, se não tem, tem que adquirir mais, pelo menos para a limpeza dos caminhos e dos aceiros. Não podem estar paradas nem podem estar só nos fogos, portanto, depois à última da hora como há sempre a contratação de privados para a

limpeza desses caminhos, acontece todos os anos, mas penso que a câmara tem o dever de reforçar essa área, fazendo protocolos com as freguesias e que não seja de uma forma discricionária porque temos que ir para ali e aquele fica. Eu sou caçador e ando por toda a parte do concelho e vejo alguns caminhos que estão limpos, mas também há uma grande quantidade que não está, e a câmara aí deve apostar. É uma forma de prevenção dos incêndios, porque tem que substituir aquele trabalho que as pessoas faziam. Deixamos de andar no monte e a vegetação vai tomando conta do que o homem deixa, portanto, a câmara deve reforçar com máquinas e com pessoal. É mais uma forma de criar emprego e de dizer aos privados que estamos cá para ir para a frente, e devemos dar o exemplo mais uma vez em casa, e a câmara de Vimioso é deficitária de operadores para as máquinas e é deficitária de máquinas. A câmara deve-se preocupar com isso que é importante para o nosso concelho estarmos apetrechados com essas máquinas, e fazer protocolos com as juntas de freguesia para que os nossos caminhos e os aceiros andem mais limpos, e uma prevenção também para os incêndios, um bem-estar para quem nos visita e para quem quer ver a nossa paisagem que é magnífica. Vou acabar isto aqui com o reforço que disse o Senhor Presidente e aí dou-lhe razão total. Nós nunca tivemos espírito associativo aqui na nossa região, somos uma região individualista por natureza, mas a câmara tem que continuar a fazer com que nós tenhamos esse espírito associativo, e tem feito, não tem conseguido que seja um êxito, mas tem que continuar a fazer esse espírito ou criar em nós os produtores dos produtos autóctones que ainda são apreciados a nível nacional, tem que nos fazer sentir que precisamos de nos unir e precisamos de criar condições para que os nossos produtos cheguem mais longe. Penso que aí tem feito algumas coisas, mas tem de continuar a apostar, apostar no associativismo, e o senhor Presidente referiu aqui e muito bem a mirandesa, e eu volto a referir a mirandesa é um exemplo de sucesso para o nosso concelho e para a nossa região. Mas não pode haver mirandesas em todo o lado, de certeza que os criadores de raça churra mirandesa não podem ter outra estrutura igual àquela, aquela é que tem de servir os outros, e os do porco bísaro também não podem ter uma estrutura igual àquela. Mais uma vez digo a câmara e as outras câmaras têm que fazer pressão para que nós nos o entendamos. Temos uma estrutura que está a trabalhar a metade, e de certeza quando trabalhar com as

outras raças irá ter mais futuro, e todos nós os produtores e quem vive neste concelho terá mais futuro”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário. Disse: “Já que estamos em maré de reflexão, concordo com o Senhor Presidente quando diz que não temos o espírito cooperativo ou associativo. Recordo aqui que, o ano passado, havia uns intermediários a darem quarenta e dois cêntimos pelo quilo de azeitona, vieram ter comigo, e pagavam a quarenta e dois no momento. Eu disse: se o senhor me paga a quarenta e dois, a cooperativa tem por obrigação de me pagar a cinquenta e quatro, doze cêntimos mais, e não a entreguei. Houve quem me chamasse “burro”, mas eu entreguei-a na cooperativa, porquê? Porque tenho compromisso com a minha cooperativa para que nos anos difíceis possa entregá-la outra vez. Esse espírito é que eu falava com os agricultores e com a gente que me circundava. É esse espírito que tem que haver. A cooperativa mirandesa é um exemplo mas, eu concordo com o José Freire quando diz, não se pode limitar só a raça mirandesa, se ela tem a linha montada, com mais um bocadinho porque tem a estrutura montada, podemos alargar a outras carnes, se calhar autóctones. Também queria aqui falar que os senhores presidentes de junta. Acho que o Senhor Presidente da Câmara também fez o alerta, devem realmente chamar a atenção, e todos os dias mandar os seus postais ilustrados, ao Senhor Presidente da Câmara, porque ele se não lhe disserem as coisas não as conhece. Não é obrigatório, como Presidente da Câmara, que conheça o território todo do concelho, nomeadamente a nível de charcas nem a nível de linhas de água nem essas coisas. Os senhores presidentes de junta se calhar conhecem melhor a realidade do que o Senhor Presidente da Câmara. A câmara tem feito muito realmente, alertou-nos aqui o senhor Presidente da Câmara os projetos eu sei a burocracia que isso leva, para mim a burocracia é doentia, pessoalmente. Sei também que este ano houve esta seca extrema relativamente à água aqui no nosso concelho, foi todo o interior considerado como seca extrema, inclusivamente o Senhor Ministro da Agricultura, há dias, alertava para a possibilidade de os agricultores fazerem charcas e poços para dar de beber aos seus animais. Embora mais tarde fossem apresentados os projetos que seriam contemplados como prioritários para abastecimento de água e de poços. Eu por acaso sou candidato a um projeto desses, porquê? Porque li através do jornal que havia essa possibilidade e de-

pois tive oportunidade de ver no noticiário o Senhor Ministro da Agricultura a alertar para o assunto. É nesse sentido construtivo nada depreciativo, nem eu disse que a câmara não fez nada, tem feito muito a vários níveis, todos nós temos acompanhado os processos mas, não descurar, pôr sempre na linha da frente aqueles pontos que eu alertei, além de outros que também eram dignos de, como os da caça que eu não falei, mas concordo plenamente com tudo aquilo que se disse”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Quero só esclarecer duas ou três questões e ainda bem que concordaram com a explicação que eu dei. Relativamente à questão que falou o senhor deputado José Freire das perdas que são grandes, são de facto grandes, mas também não são aquelas que a ERSAR diz. Porque repito, a ERSAR agora obriga-nos, está aí o ofício, a ter que, obrigatoriamente, demonstrar que vamos reduzir o volume de perdas, que segundo a ERSAR andarão na ordem dos setenta por cento em Vimioso. Claro que não é esse o valor, porquê? Porque nós sabemos que a água dos jardins, a água dos edifícios públicos, a água das juntas de freguesia, a água dos centros culturais, a água dos chafarizes para beberem os animais, essa água não está a ser contabilizada. Se nós, e vamos ter que o fazer, contabilizarmos essa água, não estou a dizer que as pessoas vão ter que a pagar, é pública, se nós contabilizarmos essa água obviamente as perdas não são desse volume. Mas na minha avaliação e da avaliação que os técnicos nos vão dizendo poderemos ter aqui perdas na ordem dos trinta a quarenta por cento, o que já é alto mas que está dentro da média nacional. A questão que aqui se coloca é outra. Nós podíamos perfeitamente ter chegado ao final do mês de maio que foi extremamente quente, e ter feito um despacho a dizer: estão proibidas regas disto, daquilo e daqueloutro e aplicar coimas, podia-se ter feito. Isso resolveria o problema daquelas pessoas muitas delas de idade, que a única coisa que têm é ao pé de casa, uma pequena horta que até se distraem e tudo mais. O problema é que quintal a quintal consome-se muita água. Os níveis de consumo nalgumas localidades foram maiores em junho do que em agosto. E foram maiores em julho que ainda não estavam cá os emigrantes do que em agosto! Já toda a gente percebeu porquê. Isso é um dos grandes problemas. E o que a ERSAR nos diz e continua a dizer é que para a população que temos, a capacidade de armazenamento de água seria suficiente se fosse

só utilizada naquilo que diz a ERSAR, para consumo humano e para fins públicos. A verdade é que nós estamos a dizer à ERSAR que não podem olhar para realidades como a do concelho de Vimioso, como se olha para uma zona urbana, uma cidade. É evidente que nós aqui temos condutas com quilómetros e quilómetros, e há algumas que têm vindo a ser substituídas quando há roturas. Nós estamos agora a fazer um trabalho em Vale de Frades, um trabalho técnico, e já descobrimos lá algumas fugas que não eram vistas a olho nu e retiramo-las. Mais, já colocamos contadores nos tanques de Vale de Frades, e as pessoas até reagiram, pensando que teriam de pagar a água. Não é para pagar a água, é para contabilizar a água para saber qual é a produzida e qual é a consumida, para saber qual é o volume das perdas. Mas há já uma perspetiva donde possa estar o problema, e tivemos que encomendar esse serviço, como vamos ter que encomendar para outros locais. As perdas são grandes, mas atenção, são perdas que muitas vezes têm a ver com os tais consumos que não são consumos humanos. Quanto aos sapadores florestais, nós até somos das câmaras que temos mais máquinas para esse tipo de trabalho como sabe, mas tendo que reforçar obviamente que é extremamente importante, porque não tenho dúvida nenhuma que é o abandono dos territórios que leva a estas catástrofes. Dizer que quanto à estrutura da mirandesa, que a câmara não manda na mirandesa, na associação dos criadores mirandeses mandam os sócios da associação, na cooperativa mandam os sócios da cooperativa. Mas o que este executivo e o anterior já fizeram, foi reunir com dirigentes da mirandesa, da churra galega mirandesa, da cabra serrana em Mirandela e com o porco bísaro, de Vinhais reunimos e elaborou-se até um pré-estudo no sentido desta unidade estar disponível para o embalamento de outro tipo de carne. E a mirandesa não se opõe, até porque essas carnes não concorrem com a mirandesa, nenhuma concorre com nenhuma, não há aqui concorrência de carnes, e obviamente se eu tenho um cliente que consome mirandesa se calhar também consome o cabrito, consome o porco, consome o cordeiro. O problema é o que eu lhes digo: essas associações têm que fazer chegar à unidade da mirandesa, a quantidade do produto para que se possa estabelecer um circuito comercial. O que é que está a fazer a mirandesa? Está a fazer investimentos para aumentar o número de vitelos disponíveis, porquê? Porque ela está a perceber que há procura logo tem que aumentar “a matéria-prima” que são os vitelos. Por isso

ela própria está a fazer investimentos. Agora a questão que se coloca aqui não é com a mirandesa. A questão que se coloca aqui, é com a organização das outras associações que têm de se comprometer segundo se apurou nessa reunião, com o mínimo de colocação de produto para ele poder ser embalado, transformado, e comercializado. Tem que ser assim não pode ser de outra forma. Depois dizem: a mirandesa vai ter muito lucro. Se a mirandesa tiver, eles também têm. Mas as outras associações se desejassem fazer uma coisa igual terão o mesmo apoio. Também concordo que não é necessário estar a investir em mais infraestruturas, mas é necessário é que todas as associações se organizem e se comprometam com aquilo que é fundamental para viabilizar esse negócio”. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Não havendo mais ninguém para intervir, só quero agradecer a colaboração que todos tiveram durante este mandato, e espero que este mês que agora está a decorrer e também no próximo seja um mês como tem sido até aqui, com muita transparência, muita amizade. Até para o próximo mandato, cá estaremos, para continuar a defender o nosso concelho, pois a nossa obrigação é essa”. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, foi aprovada por unanimidade e em minuta, e irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
